

A *Sociedade Vigilante* reúne um conjunto de ensaios de proeminentes cientistas sociais, nacionais e internacionais, que procuram problematizar a implementação e legitimação de vários mecanismos de controlo vigentes na sociedade contemporânea. Aqui são abordados temas como a videovigilância; o policiamento; a introdução de novos cartões de identificação; a regulação das políticas de protecção da privacidade individual; o uso e recolha de dados pessoais (estatísticos e genéticos) para fins governamentais ou comerciais. Os autores deste livro propõem-se mostrar que estar alerta, ser-se vigilante, é uma preocupação pertinente para a academia, para decisores políticos e para a sociedade civil, procurando contribuir para um debate lúcido e informado em torno destas matérias.

Apoio:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Imprensa
de Ciências
Sociais

www.ics.ul.pt/imprensa

ISBN 978-972-671-228-2



9 789726 712282

A Sociedade Vigilante

Ensaios sobre
identificação,
vigilância
e privacidade

Catarina Frois
(organizadora)



Imprensa de Ciências Sociais



**Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa**

Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 4700 – Fax 21 794 0274

www.ics.ul.pt/imprensa
imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação
A sociedade vigilante : ensaios sobre a identificação, vigilância
e privacidade / organizadora Catarina Frois. – Lisboa : ICS. Imprensa
de Ciências Sociais, 2008
ISBN 978-972-671-228-2
CDU 316.32



Composição e paginação: Celeste Pires
Revisão: Soares de Almeida
Capa: João Segurado
Impressão e acabamento: Tipografia Guerra – Viseu
Depósito legal: 284272/08
1.ª edição: Novembro de 2008

Índice

| | |
|---|----|
| Colaboradores | 13 |
| Agradecimentos | 19 |
| Prefácio | 21 |
| <i>João de Pina Cabral</i> | |
| Introdução | 27 |
| <i>Catarina Frois</i> | |
| Parte I | |
| Identificação | 39 |
| Capítulo 1 | |
| A automobilização da ciência para a criação de aparelhos de identificação e de coacção estatal em finais do século XIX | 43 |
| <i>José Luís Garcia</i> | |
| O temor da multidão e o feitiço dos dados quantitativos: Adolphe Quételet..... | 44 |
| Estatização e técnicas de identificação do Estado liberal..... | 48 |
| Antropometria, <i>bertillonage</i> e dactiloscopia – das medições huma- nas à impressão digital..... | 50 |
| Francis Galton, o eugenismo e a identificação pelo tipo biológico..... | 55 |

| | | | |
|--|------------|--|------------|
| Conclusão..... | 61 | A identidade numérica..... | 128 |
| Bibliografia..... | 64 | Bibliografia..... | 131 |
| Capítulo 2 | | Capítulo 5 | |
| Disciplina, controlo, segurança: no rasto contemporâneo de Foucault..... | 67 | Cartões de identificação nacionais: controlo do crime, cidadania e classificação social..... | 135 |
| <i>Maria Ivone Pereira da Cunha</i> | | <i>David Lyon</i> | |
| Bibliografia..... | 79 | Introdução..... | 135 |
| Parte II | | A configuração social dos novos cartões de identificação..... | 138 |
| Vigilância..... | 83 | Cartões de identificação, classificação social e cidadania..... | 141 |
| Capítulo 3 | | Cartões de identificação e perspectivas para a cidadania..... | 145 |
| Vigilância <i>soft</i> – o crescimento da voluntariedade obrigatória na recolha de dados pessoais: «ó amigo, apresenta-me uma amostra de ADN?»..... | 87 | Conclusão..... | 148 |
| <i>Gary T. Marx</i> | | Bibliografia..... | 148 |
| Paralelismos no sector privado..... | 89 | Capítulo 6 | |
| Se não tem de se despir, está nu? A revista tornada fácil..... | 91 | Confiança, voluntariedade e supressão dos riscos: expectativas, incertezas e governação das aplicações forenses de informação genética..... | 151 |
| Sim, mas... .. | 94 | <i>Helena Machado, Susana Silva</i> | |
| Sobre posições infelizes..... | 96 | Introdução..... | 151 |
| Está a acontecer aqui?..... | 102 | Do minimalismo genómico ao pragmatismo biométrico..... | 155 |
| Bibliografia..... | 108 | Biocidadania e retórica do voluntariado..... | 161 |
| Capítulo 4 | | Ausências: qualidade, circulação e partilha de informação genética..... | 164 |
| Bases de dados pessoais e vigilância em Portugal: análise de um processo em transição..... | 111 | Conclusão..... | 168 |
| <i>Catarina Frois</i> | | Bibliografia..... | 171 |
| Os novos sistemas de identificação em Portugal..... | 113 | Capítulo 7 | |
| Identificação civil..... | 114 | Vigilância e identidade: para uma nova antropologia da pessoa | 175 |
| Identificação genética e biométrica..... | 118 | <i>Chiara Fonio</i> | |
| Identificação por videovigilância..... | 121 | Introdução..... | 175 |
| Ser moderno..... | 126 | Biologia <i>versus</i> biografia..... | 178 |
| | | Um quarto com vista..... | 184 |

| | | | |
|---|------------|--|------------|
| Conclusões: a caminho de uma nova antropologia..... | 189 | Problemas genéricos do ambiente de regulação contemporâneo | 257 |
| Bibliografia..... | 190 | O estado actual da regulação..... | 258 |
| Capítulo 8 | | Instrumentos de regulação: prós e contras..... | 263 |
| Vigilância e controlo policiais: precisões etnográficas..... | 193 | Problemas genéricos no que diz respeito aos instrumentos.... | 269 |
| <i>Susana Durão</i> | | Opções para a regulação futura..... | 275 |
| Dentro e fora..... | 194 | Anexo..... | 288 |
| Rua e esquadra..... | 199 | Bibliografia..... | 291 |
| Informação e comunicação..... | 202 | Posfácio..... | 293 |
| Saberes e poderes..... | 208 | <i>Maria Eduarda Gonçalves</i> | |
| Proximidade e pró-actividade..... | 212 | Índice remissivo..... | 299 |
| Elementos conclusivos..... | 218 | | |
| Bibliografia..... | 220 | | |
| Parte III | | | |
| Privacidade..... | 225 | | |
| Capítulo 9 | | | |
| «Quem está a tomar conta dos miúdos?» Vigilância online | | | |
| a crianças e pré-adolescentes..... | 229 | | |
| <i>Ian Kerr, Valerie Steeves</i> | | | |
| Recreios virtuais – o universo dos <i>Neopets</i> , <i>Tickle</i> , <i>Candystand</i> , | | | |
| <i>Barbie</i> e <i>Webkinz</i> | 231 | | |
| <i>Buddybots</i> | 240 | | |
| Recreios virtuais, <i>buddybots</i> e a lei..... | 245 | | |
| Conclusão..... | 252 | | |
| Bibliografia..... | 253 | | |
| Capítulo 10 | | | |
| Vigilância e privacidade: as opções de regulação..... | 255 | | |
| <i>Charles D. Raab</i> | | | |
| Introdução..... | 255 | | |

Capítulo 1

A automobilização da ciência para a criação de aparelhos de identificação e de coacção estatal em finais do século XIX

Na segunda metade do século XIX, o mundo ocidental, ao mesmo tempo que se depara com os primeiros grandes paradoxos do mundo moderno, o crescimento industrial e o aumento do crime e da pobreza em cidades que se vão agigantando, conhece uma onda de entusiasmo pela ciência e pelos êxitos da tecnologia cientificamente orientada. A sociedade está mergulhada na corrente do progresso, da qual a actividade científica é elemento integrante e força motriz. Neste período, a ciência estabelece-se firmemente como instituição social que encontra no laboratório o seu lugar privilegiado. São concertadas relações entre os meios científicos, tecnológicos e industriais e os Estados iniciam a sua responsabilização pelo progresso científico e tecnológico. Este transforma-se num instrumento do crescimento económico, do início da produção em larga escala e da própria afirmação dos Estados-nações.

O modelo de racionalidade científica que prevalece neste período compreende uma constelação de elementos que têm por base uma imagem da natureza disponível para a observação, o conhecimento e o domínio do homem e uma confiança epistemológica de forte cunho nomológico ancorada em noções restritas de «lei científica» e de regularidade objectiva das leis da natureza. Ao mesmo tempo que começam a florescer activismos apaixonados pelas possibilidades da ciência, aquele modelo de racionalidade – adoptando matizes variados – estende-se

aos mais diversos aspectos que o conhecimento pode abranger. É sob o enquadramento desta racionalização e do seu prestígio, para o qual contribui poderosamente, e na sequência dos avanços das disciplinas biológicas ao longo do século XIX, que a biologia se torna um ramo científico de grande saliência. Os novos códigos de leitura da biologia são extrapolados para a compreensão da história e da sociedade, reforçando as concepções historicistas e originando vários projectos de engenharia biossocial.

No contexto de formação do Estado liberal, a dimensão, as características e o controlo das populações tornam-se uma preocupação das sociedades ocidentais, levando-as a aplicar a mensurabilidade matemática e estatística ao universo social, ao campo judicial e à organização política. Um dos meios envolvidos nessa diligência é a aplicação de censos de população periódicos. Dada a obrigatoriedade de fornecer dados ao Estado de toda a população adulta, são considerados ofensivos pelos sectores liberais mais radicais. Efectivamente, estes dados acabam por se revelar úteis para os fins do serviço militar universal e compulsivo e para os exércitos profissionais permanentes, igualmente abominados pelos liberais em princípios do século XIX. Também o discurso sobre os deveres universais – a escolaridade obrigatória, os impostos directos obrigatórios, a vacinação obrigatória, etc. –, que suscita rebeliões populares, acompanha tal preocupação generalizada no mundo ocidental. Essa mesma orientação alarga-se ainda ao que foi denominado «qualidade» da população, encontrando-se nos fundamentos da instituição de políticas de saúde pública e de seguros sociais, mas também da construção de aparelhos de identificação e de controlo e coacção dos movimentos dos cidadãos, inclusivamente de eugenia, onde se revela a sua face mais perigosa. Este texto concentra-se nesse processo histórico-social, cuja compreensão mantém uma actualidade interpelante.

O temor da multidão e o feitiço dos dados quantitativos: Adolphe Quételet

Desde finais do século XVIII, a expansão colonial e a revolução industrial começam a ser factores pujantes na transformação económica

e social da Inglaterra e, embora a diferentes velocidades e com distintos graus de intensidade, na de muitos países da Europa continental, esboçando um ponto de viragem para sociedades que se tornariam quase completamente novas. A combinação que se verifica entre a industrialização e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia produz abundância material, introduz benefícios (saúde, longevidade, facilidades de transporte e de comunicação) e alimenta os desejos e sonhos da humanidade, mesmo que muitas das fontes dos problemas da vida social e humana não dêem mostras de decrescer e comecem mesmo a surgir outros, criados pela nova realidade. A migração em massa para as cidades começa a suscitar inúmeras questões, conflitos e violência, passando a sempre crescente multidão urbana a ser percebida pelos grupos sociais mais abastados e politicamente influentes como factor de desordem, pobreza e crime. O meio urbano e a sua ligação ao poder político oferecem à violência uma notoriedade que contrasta com a dispersão e invisibilidade que ela assume no meio rural. Ao mesmo tempo que se torna dominante o sentimento de medo relativamente a esta população, simultaneamente mais densa e atomizada do que as comunidades rurais antes predominantes,¹ multiplicam-se e desenvolvem-se as áreas científicas que tomam por objecto a «questão social», os «problemas sociais» ou as «patologias sociais».

É também a partir sensivelmente da mesma época que começam a ganhar prestígio as ciências exactas e os procedimentos experimentais de laboratório em que se baseiam as ciências naturais. Esta cada vez maior importância atribuída aos métodos associados às ciências naturais e exactas, que ocorre em paralelo com a percepção de que o progresso científico é essencial ao desenvolvimento das comunidades nacionais como base dos Estados, produz um encantamento em torno dos números e da estatística que se estende a todas as áreas científicas. Ao longo do século XIX são levados a cabo múltiplos empreendimentos que, na tentativa de atingir uma compreensão objectiva do mundo, procuram transformar em equações matemáticas os problemas abordados por um vasto leque de disciplinas, entre as quais as que se ocupam do novo objecto de estudo – a sociedade. Assim, a par da sociologia

¹ No entanto, deve ser tido em conta que até à década de 1930, nos grandes países europeus, a população urbana das grandes cidades não excedia a população rural e das pequenas cidades. A Inglaterra foi pioneira na mudança deste cenário, com consequências palpáveis. Mas, se em termos demográficos as populações rurais ainda prevaleciam sobre as urbanas, tal não acontecia quando considerados os níveis de riqueza.

positiva de Auguste Comte – que, em sentido lato, pode ser integrada na tradição de pensamento acerca da história da humanidade que remonta à Grécia clássica –, surgem autores e correntes que procuram aplicar à vida social o modelo epistemológico dominante das ciências naturais e, conseqüentemente, estudá-la recorrendo a categorias de inteligibilidade que se caracterizam pela utilização da mensuração ao serviço de um objectivismo extremado. Trata-se da emergência de uma forma de representar o ser humano e a realidade social que parte do pressuposto de que o modelo de racionalidade das ciências naturais – ainda por cima, restringido ao determinismo mecanicista – constitui o único critério de viabilidade teórica e de avanço científico. Esta concepção traduz-se, em grande medida, numa ruptura de grande alcance com a forma de pensar o mundo social e humano devedora da herança filosófica ocidental.

Um importante precursor dos estudos afins desta visão foi Adolphe Quételet, um estudioso nascido na Bélgica, em cujas obras confluíram as duas poderosas tendências que temos vindo a descrever – a preocupação com a multidão e o fascínio pelos métodos quantitativos.² Devido à sua tentativa de demonstrar que as regras matemáticas presidem à ocorrência e distribuição de «patologias sociais» e ao modo como transformou o cálculo de probabilidades num novo modo de organização e de controlo da sociedade, é atribuída a Quételet uma relevância excepcional na aplicação da estatística às ciências sociais.³ Uma citação de Pierre-Simon de Laplace colocada em epígrafe naquela que é considerada a sua principal obra – *Sur l'Homme et le Développement de ses Facultés ou Essai de Physique Sociale*, de 1835 – é bem reveladora do programa deste autor eminente: «Aplicamos às ciências políticas e morais o método baseado na observação e no cálculo, método que nos prestou bons serviços nas ciências naturais».⁴ Quételet estudou dados provenientes de fontes judiciárias e, recorrendo a representações cartográficas, calculou

² A este respeito, v. Alain Corbin (1990, 419-436), Martine Kaluszynski (2001) e Hermínio Martins (2003, 67-69), este último num apontamento sobre a emergência da apetência de dados quantitativos com respeito aos seres humanos. Para este tópico e para outros conexos à questão em estudo, as anotações de Armand Mattelart (1996, 284) são também merecedoras de atenção.

³ Raymond Boudon, em *Os Métodos em Sociologia* (1990), salienta precisamente o papel de Quételet neste domínio.

⁴ Esta citação é retirada de *Essai Philosophique sur les Probabilités* (1814), da autoria de Pierre-Simon de Laplace, matemático, astrónomo e antigo ministro do interior de Napoleão Bonaparte.

taxas de delinquência, elaborou tabelas de mortalidade e de criminalidade e estabeleceu tendências para o crime baseadas em indicadores de influência, como as estações do ano, o sexo, a idade e a condição social, bem como outras «forças perturbadoras». Considerou perturbadores todos os factores que, ao influírem na vida social num sentido moral e prático, comprometiam a estabilidade do sistema social. Percebe-se nesta ideia de ordem e de estabilidade do mundo um dos pressupostos cruciais muito próprios do determinismo mecanicista das ciências naturais e do seu afã na formulação de leis.

O conceito de «homem médio» é um elemento-chave da nova ciência de medição social defendida por Quételet – a «física social», expressão idêntica à que Comte tinha em mente para a nova ciência social, que acabou por apelar de sociologia. A mensuração objectivista dos seres humanos e a tendência para uma certa dessocialização da sua realidade e das suas relações podem talvez ser consideradas o cerne da teoria do «homem médio», postulando Quételet que apenas a referência aos indivíduos em massa possibilitaria um verdadeiro conhecimento do sujeito. Na perspectiva do autor belga, o efeito da vontade livre do homem desvanece-se quando as observações se alargam a um vasto número de sujeitos. Identificadas as «causas constantes» e as «causas variáveis» que «dominam o sistema social», a imagem do homem que daí resulta é a de um ser subordinado a uma exterioridade fundada num determinismo rígido universal.⁵ As tendências físicas, intelectuais, morais, afectivas e até sensíveis do homem estão sob o efeito de mecanismos sociais e mentais que o dominam. Esta perspectiva do determinismo mecanicista e a imagem de heterodeterminação dos seres humanos a que conduz revelam-se disponíveis para serem aproveitadas por parte das autoridades para fins de promoção e manutenção da ordem pública e de inscrição da população na malha estatal. Nesse sentido, os estudos estatísticos de que Quételet é pioneiro e que se desenvolvem com brilho e exuberância na primeira metade de Oitocentos revelam-se fortes auxiliares tanto do legislador como das entidades policiais.

Os estudos de Quételet sobre a ecologia do crime fazem escola, sendo inúmeras, a partir de 1840, as referências aos seus trabalhos por parte, por exemplo, de estatísticos britânicos que se dedicam à

⁵ Autores como o físico Clerk-Maxwell fizeram uma leitura não determinista dos resultados de Quételet. Este terá cometido o que Martins (2003, 71) designa por falácia da necessidade fora do lugar (*fallacy of misplaced necessity*), ao generalizar as regularidades estatísticas sociais para todos os domínios da natureza.

investigação da prostituição, do crime e dos refractários ao trabalho nas grandes cidades da Inglaterra industrial.⁶ Este cometimento constitui, de facto, um entrelaçar do modelo de racionalidade científica dominante no século XIX com as novas formas de controlo e coacção do Estado. De facto, estas modalidades de administração e coerção surgem no momento em que por toda a Europa, e não apenas aí, os Estados estão a estabelecer o seu domínio sobre outras instâncias de poder,⁷ enquanto se centralizam, burocratizam e – *nota bene* – se tornam nações (o Império Austro-Húngaro constitui uma excepção a tal pretensão). Por esta razão, é muitas vezes assinalado que o aparecimento da garantia dos direitos civis e políticos no âmbito do Estado-nação é indissociável – e até potenciador – da vigilância dos indivíduos-cidadãos requerida pela máquina burocrática do mesmo Estado.⁸

Estatização e técnicas de identificação do Estado liberal

Do encontro entre uma ciência empírica em busca de aplicabilidade e um aparelho estatal à procura de mecanismos de identificação, vigilância e fiscalização da população não apenas eficazes, mas também apoiados na ciência e validados por esta, nasceu a tendência para a estatização do Estado liberal. Para esta orientação confluíram o crescente

⁶ O próprio Quételet propugnava este tipo de uso para os métodos que desenvolveu. Já em 1825, quando publicou *Mémoire sur les Lois des Naissances et de la Mortalité à Bruxelles*, o autor argumentou que a «estatística moral» se destinava a assegurar melhor a estabilidade do sistema social. A este respeito, vale a pena referir a *Social Science Association* do Reino Unido, que, apesar dos intentos reformistas e Benthamitas, se inspirava precisamente na obra de Quételet.

⁷ António M. Hespanha descreve este processo como uma apropriação pela Coroa dos poderes políticos, por um lado, das entidades superiores, tais como o Papado e o Império, e, por outro, das inferiores, como senhorios, cidades, corporações e famílias (1984, 28).

⁸ Devemos não esquecer que em todos os Estados havia muitos indivíduos que não eram cidadãos. As qualidades de cidadania só lentamente foram concedidas a todos os nacionais adultos, mesmo relativamente aos homens, porque as mulheres permaneceram por muito tempo sem tais direitos. Para além das mulheres, permaneciam apartados desses direitos outros grupos, como os estrangeiros, as minorias étnicas e todos aqueles que por alguma razão se mantinham fora da alçada estatal, sendo estes últimos considerados especialmente preocupantes. No fundo, todos eram encarados como susceptíveis de criarem problemas de ordem pública, e não apenas os indivíduos-cidadãos, que dispunham de plenos direitos civis e políticos.

prestígio de um certo tipo de atitude epistémica cientificista de base nomológica e quantitativa com uma influente utopia de controlo e domínio.

Nas derradeiras décadas do século XIX é mais uma vez sob a égide de Estados em pleno processo de expansão que aos métodos estatísticos de estudo da população se vem juntar toda uma panóplia de técnicas de mensuração humana desenvolvidas com o objectivo de tornar mais eficientes os processos de identificação. A este respeito é conveniente ter em linha de conta que a preocupação com a atribuição a cada indivíduo de uma identidade invariável e facilmente verificável é avivada pelo movimento de individualização que agita este século,⁹ o qual se reflecte, por exemplo, na estabilização dos nomes. Com efeito, se a atribuição a cada indivíduo de um nome próprio se generaliza na Europa desde a queda do Império Romano do Ocidente, já o uso de apelidos teve sempre um regime mais fluido, de tal modo que só muito lentamente estes se tornaram hereditários, sendo *grasso modo* a partir de finais do século XVIII que na maioria dos países europeus se concluiu a sua progressiva estabilização.¹⁰

É, pois, num ambiente propício à individualização que começam a ser desenvolvidas as técnicas de identificação, que se irão colocar ao serviço do aparelho estatal, da polícia, da magistratura e da medicina legal, no seu desígnio higienista de normalização, policiamento e securização da sociedade. Convém salientar que, enquanto esta sociedade se atomiza, também se torna sensível ao apelo contestatário, sendo capaz de encenar movimentos insurreccionais de grande envergadura. Estes, ao exacerbarem o omnipresente medo das massas, suscitam uma repressão na qual o Estado lança mão de todos os meios ao seu dispor numa escala sem precedentes. Embora não seja correcto imputar a reconstrução do centro de Paris, levada a cabo pelo prefeito Georges Eugène Haussmann ao longo do Segundo Império, apenas a este factor, o pano de fundo de tumultos populares ocorridos nas décadas

⁹ Sobre a relação entre o sentimento de identidade individual que se difunde ao longo do século XIX e os sistemas técnicos de identificação individual e de coerção, v. a já referida investigação histórica de Alain Corbin, *O Segredo do Indivíduo*, baseada sobretudo no caso francês (1990).

¹⁰ Sendo inúmeros os factores que contribuíram para a estabilização dos nomes de família e para a sua cristalização, Jane Caplan salienta a importância das imposições estatais, que foram no sentido de transformar o nome num instrumento legal (2001, 54). Para uma actualização deste tópico na investigação portuguesa, v. João de Pina Cabral e Susana de Matos Viegas (2007).

anteriores em França entrou nas considerações que levaram à edificação de uma cidade mais higiénica, ordenada e racional.

O enorme esforço despendido pelos Estados no desenvolvimento dos métodos de identificação é, numa primeira fase, dirigido para aquelas franjas da sociedade consideradas passíveis de gerarem instabilidade social, desde logo os criminosos. Tendo abandonado, nas primeiras décadas do século, as antigas formas de marcar (literalmente) estes indivíduos, as autoridades policiais crescentemente controladoras do século XIX viram-se a braços com o problema da identificação dos criminosos já referenciados, muitos deles, como refere Peter Becker para o caso da Alemanha, tidos como peritos no disfarce (2001, 139-140). Simultaneamente, as descrições em uso – que podiam compreender fotografias, identificação de marcas distintivas, como tatuagens e cicatrizes, e relatos detalhados de acordo com um certo número de itens predefinidos em formulários –, para além de, como bem vinca Anne Joseph, requererem muita mão-de-obra, mostram-se difíceis de organizar, partilhar e consultar (2001, 167-168), sendo por isso em larga medida ineficazes. A título de ilustração, as fotografias produzidas em algumas secções da polícia de Paris eram organizadas por nome, sendo por isso inúteis na identificação de criminosos que simplesmente se apresentassem sob um nome falso (2001, 124). Por outro lado, Becker refere que os registos fotográficos de criminosos, a princípio reunidos em álbuns, depressa contiveram uma massa de informação demasiado grande para ser usada com sucesso: o álbum criminal de Berlim, iniciado em 1876, continha fotografias de 32 533 pessoas em 1909; o de Hamburgo produziu, entre 1889 e 1912, 120 000 fotografias de pessoas e 1300 de cenas de crimes (2001, 159).

Antropometria, *bertillonage* e dactiloscopia – das medições humanas à impressão digital

No processo de busca de métodos de identificação capazes de servir efectivamente os propósitos policiais – que Becker certamente descreve como uma luta entre duas estratégias, uma levando à criação de uma linguagem comum e à standardização das descrições e a outra preferindo a substituição da linguagem por formas mecanizadas de

registo¹¹ – voltamos a encontrar o nome de Quételet, que no seu último trabalho, *Anthropométrie ou Mesure des Différentes Facultés de l'Homme*, de 1871, se debruça sobre a utilização das medições humanas para o reconhecimento da identidade. Esta é uma ideia que influencia fortemente a pesquisa levada a cabo por Alphonse Bertillon, um jovem algo problemático mas membro de uma influente família de cientistas¹² que, encarregado em 1878 de copiar descrições de criminosos para fichas na prefeitura de Paris, lança mão dos seus conhecimentos de estatística e anatomia para desenvolver um método científico de identificação criminal que seria pioneiro dos métodos científicos policiais – a antropometria.

Baseando-se nas constatações de que a estrutura óssea humana aos 20 anos é relativamente fixa e de que as medidas de certos ossos do esqueleto variam de forma significativa, de modo não proporcional, de pessoa para pessoa, Bertillon define os princípios fundadores da antropometria: todas as medidas humanas obedecem a uma lei natural de distribuição estatística; a escolha das características que devem ser medidas deve estar baseada na sua não-correlação, bem como na sua imutabilidade e clareza; a partir da medição de um número definido de ossos é possível fixar dados descritivos que identificam um indivíduo com um alto grau de certeza. Com base nestes princípios, Alphonse Bertillon desenvolve um sistema de identificação que, no entanto, teve de esperar por finais de 1882 e pelo interesse do novo prefeito da polícia, Camescasse, para ser testado e posto em prática.

¹¹ Becker refere a existência de uma discussão alargada entre os especialistas policiais do século XIX na qual descobre duas estratégias principais para resolver o problema da identificação dos criminosos reincidentes e dos indivíduos procurados pela polícia: uma passava pela criação de formulários, a qual supunha o estabelecimento de uma linguagem comum e daquilo que ele denomina «olhar standardizado» (*standardized gaze*); a outra defendia a substituição da comunicação por formas mecânicas de descrição (2001, 141). Como veremos, estas duas estratégias foram utilizadas de forma conjunta no sistema antropométrico desenvolvido por Bertillon, mas também na técnica de fotografia forense, na qual o meio mecânico é orientado de uma forma predefinida, ou seja, standardizada.

¹² Um pouco à semelhança de famílias de cientistas como os Darwin, os Haldane e os Huxley, na Grã-Bretanha, também os Bertillon eram, em França, uma influente e multifacetada família. Alphonse Bertillon é neto de Achille Gullard, um entusiasta da estatística, que cunhou o termo «demografia»; o pai, o físico Adolphe Bertillon, foi um dos fundadores da École d'Anthropologie; o irmão mais velho, Jacques, publicou diversos textos sobre estatística e foi director de estatística da cidade de Paris. Sobre Alphonse Bertillon e o processo de *bertillonage* como técnica de governação, v. Kaluszynski (2001, 123-138).

Sendo a identificação dos criminosos reincidentes a preocupação principal do sistema criminal, a antropometria, que, apesar das limitações que revela, traz consideráveis vantagens quanto aos métodos anteriormente em uso, assume-se rapidamente como a base de um sistema de identificação ao qual Bertillon junta uma série de técnicas descritivas complementares. Entre as limitações da antropometria contava-se o facto de os sinais antropométricos não se ajustarem às mulheres e crianças, bem como o facto de constituir apenas um meio de identificação negativa que possibilitava, mas não de forma absoluta, o reconhecimento. Daí a necessidade sentida por Bertillon de complementar as medidas antropométricas com descrições, deste modo conjugando as duas estratégias de identificação que já descrevemos, uma repousando na descrição através de formas mecânicas e a outra na padronização da linguagem e do olhar. Por sua vez, as técnicas descritivas complementares são desenvolvidas para personalizar as medidas antropométricas e possibilitar uma identificação positiva dos indivíduos: o retrato falado, a catalogação de marcas distintivas, uma ficha sinalética com a cor da íris do olho esquerdo e fotografias forenses. O novo sistema, cunhado de *bertillonage*, em poucos anos vê o seu âmbito alargar-se não apenas a toda a França, como também ultrapassa fronteiras. Data da segunda metade da década de 1880 o estabelecimento de gabinetes de antropometria num impressionante conjunto de países – Grã-Bretanha, Estados Unidos da América, Alemanha, Suíça, Bélgica, Rússia, Índia britânica, Roménia, Dinamarca e repúblicas da América do Sul (Kaluszynski 2001, 128).

O sucesso da técnica desenvolvida por Bertillon seria, no entanto, de curta duração. De facto, ao mesmo tempo que nas últimas décadas de Oitocentos a antropometria se constituiu, em França e noutras partes do mundo, como base de sistemas de identificação criminal, um outro método está em desenvolvimento – a dactiloscopia. Esta, contando com vários criadores, entre os quais o fundador da eugenia, Francis Galton, primo de Darwin, baseia-se em descobertas ancestrais das culturas chinesa e japonesa sobre as disposições das linhas papilares da mão, retomadas e aprofundadas por anatomistas dos séculos XVII e XVIII e sistematizadas por Jan Evangelista Purkinje (1787-1869), o anatomista checo que descobriu a chave da variedade gráfica das linhas da mão por meio da classificação e agrupamento das curvas, arcos e círculos concêntricos. Tendo tido acesso à obra de Purkinje, bem como

a uma enorme quantidade de impressões digitais coligidas na Índia para fins administrativos,¹³ Galton dedica-se à aplicação de métodos estatísticos a este material, daí resultando, em 1891, a invenção do primeiro método de indexação das impressões digitais.

Se a dactiloscopia, com a vantagem de possibilitar uma identificação positiva dos indivíduos, conhece desde logo sucesso, a complexidade do método inventado por Galton não permite, contudo, a sua adopção enquanto base de um sistema de identificação criminal. É esta a razão pela qual a comissão criada em 1893 para estudar a adopção pela Grã-Bretanha de procedimentos de identificação criminal, o *Troup Committee*, remete a dactiloscopia para o papel de complemento da antropometria. Seria necessário esperar pelo aperfeiçoamento do sistema de Galton e pela sua transformação num meio simples de classificação de informação para que a técnica se autonomizasse – um processo que é concluído a nível internacional ainda na primeira década do século XX. Em 1896, a dactiloscopia é adoptada como sistema único de identificação em La Plata, na Argentina, em 1897, na Índia britânica, em 1901, na Inglaterra e no País de Gales, em 1905, em Buenos Aires, Rio de Janeiro, Montevideu e Santiago do Chile. Em 1907 é a própria Academia das Ciências francesa a reconhecer a superioridade do método, numa altura em que a dactiloscopia era usada da América à Europa e à Indochina, seguindo cerca de dez métodos diferentes (Mattelart 1996, 295).

A impressionante rapidez com que a dactiloscopia se desenvolve, é testada e, finalmente, adoptada como sistema único de identificação um pouco por todo o mundo não deve obscurecer outro facto de grande relevo: o carácter verdadeiramente internacional e descentralizado desse processo, fruto seja da realização de conferências internacionais dedicadas à criminologia, seja da publicação de livros e artigos por parte dos intervenientes. Não deixa de ser igualmente relevante que estes últimos sejam não apenas cientistas, mas também elementos das polícias. A título de exemplo, Galton publicou mais de vinte artigos para promover a dactiloscopia (Sankar 2001, 276), tendo sido um destes trabalhos a instigar as pesquisas, logo a partir de 1891, de Juan Vucetich, o polícia da cidade argentina de La Plata responsável por um dos sistemas de indexação de impressões digitais de maior sucesso a nível

¹³ Conhecedor dos estudos sobre as características únicas das linhas papilares das mãos de cada indivíduo, W. J. Herschel, um alto funcionário britânico de Bengala, estabeleceu durante mais de quarenta anos, em meados do século XIX, a obrigatoriedade da impressão do polegar aos analfabetos, como uma marca de autenticidade em actos públicos.

internacional. Outro sistema com êxito deve-se também a um polícia, o comissário do Departamento de Investigação Criminal da *Scotland Yard* Edward R. Henry, tendo o seu sistema sido testado na Índia antes de adoptado pela metrópole, após o que foi exportado para vários países do Norte da Europa.

Por conseguinte, em duas décadas a antropometria nasce e declina, enquanto a dactiloscopia se desenvolve e se estabelece, fruto de um ambiente internacional fervilhante, caracterizado pela intensa troca de experiências entre cientistas e polícias dedicados à criminologia. Se a muito rápida difusão destes métodos, bem como a internacionalização dos procedimentos, revelam, por parte dos Estados sob cujos auspícios eles foram desenvolvidos e aplicados, finalidades de poder ou simples medidas de afirmação estatal através da vigilância policial e da coacção legal, seria, não obstante, redutor cingir-nos a essa perspectiva ou, pelo menos, considerá-la um desígnio meramente violento. É isto porque no reverso da medalha do propósito do controlo podemos perceber formas de imaginação social orientadas pela ideia de melhoramento e até de perfectibilidade, embora aqui seja importante perceber duas tendências distintas. Assim, por um lado, importa ter em consideração a tentativa destes Estados crescentemente controladores para pôr em funcionamento sistemas de «previdência social», de «defesa social» e de fiscalidade, sistemas esses que ajudaram a fundar uma nova justiça social que será estabelecida com a experiência do *welfare state* do século xx e a noção de «socialização das responsabilidades». Esse foi o caso dos seguros de doença,¹⁴ cujo precursor foi o socialista francês Louis Blanc, embora tenham sido primeiramente aplicados pelo chanceler Bismark no Império Alemão.¹⁵ Por outro lado, é precisamente do encontro en-

¹⁴ Os seguros foram uma prática comercial da Antiguidade clássica que o capitalismo medieval italiano recuperou para fazer face aos riscos de naufrágio dos navios mercantes. O jurista português Pedro de Santarém foi o autor do primeiro tratado sobre seguros publicado no Ocidente em 1554. Após o processo de asseguramento promovido pelo Estado liberal, e mais tarde desenvolvido pelo Estado-providência, as políticas neoliberais da última década e meia incrementaram, e frequentemente impuseram, a expansão da indústria dos seguros através da redução do âmbito da segurança social do Estado-providência. A última expansão da indústria de seguros não terá sobretudo as suas raízes numa maior consciência do risco – embora exista inegavelmente uma sensibilidade crescente aos riscos de toda a espécie – mas à crise fiscal do Estado, aliada a uma concepção que privilegia a minimização do aparelho estatal e supõe a incompetência dos serviços públicos (Martins, 1998, 49).

¹⁵ Em 1883, tendo como objectivo reduzir o impacto do crescente movimento socialista, Bismark criou uma lei de seguro contra doenças e, no ano seguinte, o seguro contra aci-

tre uma imaginação social de recorte utópico e o desenvolvimento de técnicas de identificação e controlo dos indivíduos que surgem certos projectos de sociedade ideal nos quais as liberdades e direitos individuais acabam por sucumbir, suplantados por um desígnio colectivo de base supostamente científica. Este é o caso, desde logo, da antropometria de Bertillon, que, como Martine Kaluszynski bem mostra, uma vez perdida a sua utilidade como método de identificação, se torna uma ferramenta de repressão dos grupos nómadas em França. É também o caso, de forma ainda mais óbvia, da eugenia de Galton, onde o determinismo biológico se transforma num projecto de melhoramento biológico da espécie humana.

Francis Galton, o eugenismo e a identificação pelo tipo biológico

Na Inglaterra, sensivelmente a partir de 1860, alastra um medo difuso pela degenerescência da espécie humana, cuja explicação radicaria nos fundamentos biológicos da hereditariedade, cabendo à ciência a possibilidade de reverter essa situação.¹⁶ O receio face a essa alegada

dentes, invalidez e velhice. Em Inglaterra, Lloyd George aprovou, em 1908, a pensão para os idosos e, em 1911, a Lei Nacional de Seguro. Estas leis foram promulgadas devido à pressão dos movimentos operários do século XIX, mas também derivam da difusão das ideias gradualistas desenvolvidas pela Sociedade Fabiana, fundada em Inglaterra em 1887-1888, bem como por Eduard Bernstein, que em 1899 publicou *As Premissas do Socialismo*. Estas leis são consideradas precursoras das políticas de bem-estar social incorporadas pelo Partido Trabalhista inglês desde 1900 e pela Suécia, tendo sido promovidas nos EUA pelo *new deal* de Roosevelt com a finalidade de reagir à grande depressão dos anos 1930 e, após a Segunda Guerra Mundial, adoptadas por muitos países europeus.

¹⁶ Gregory Claeys (2003), no quadro de um impressionante estudo sobre o florescimento de utopias de base eugenista na Grã-Bretanha, relaciona o temor pela degenerescência com a incapacidade sentida pelos grupos de topo de se imporem como referentes morais e o receio de que viessem a ser submergidos pela proliferação de pobres e ociosos. Neste estudo fornece uma ilustração desses medos difusos através do relato de um episódio acerca do surgimento de um presumível «imperativo nacional» britânico. Ter-se-ia detectado nos recrutas do serviço militar oriundos das zonas da classe trabalhadora uma «qualidade» deficiente. Em 1904 é formado um comité parlamentar para discutir o problema de uma suposta deterioração física. É necessário, no entanto, ter em conta que um quarto de século antes tinham sido já feitas propostas legislativas favoráveis à limitação do casamento dos pobres, com base na existência ou inexistência de meios de subsistência e sustento das crianças, e à esterilização, como solução para a multiplicação de uma imaginária «descendência doente». Note-se ainda que o serviço militar obrigatório só surgiu como instituição

degenerescência é expresso principalmente pelos grupos de posição económica e estatuto social elevados, preocupados com o aumento da criminalidade e os índices superiores de natalidade dos mais empobrecidos. Para esta inquietação terá concorrido um pano de fundo ideológico inspirado pela difusão da tese de Malthus e pelo efeito catalisador que teve em Darwin na criação da teoria da selecção natural e no entendimento da evolução. «Adaptar-se ou morrer» é a regra da vida para Darwin, como bem chama a atenção o biólogo crítico Lewontin (1998, 119).¹⁷ Quando chega ao banquete da natureza, o pobre não encontra por si mesmo um lugar livre – estas são palavras perturbadoras de um poeta que Malthus citara. Não menos impressionantes são as consequências que tinha apontado para todo o pobre que não consegue sentar-se à mesa do festim: a natureza ordena-lhe que se retire, pois ele não perguntou à sociedade, antes de nascer, se esta o desejava. Recordemos que, para Malthus, o crescimento numérico da população implicaria que se viessem a cultivar terrenos sucessivamente menos férteis, pelo que os meios de subsistência disponíveis seriam cada vez mais limitados. Qualquer orientação de apoio aos pobres deveria ser rejeitada e até combatida. Se a humanidade tinha por fatalidade ser excessivamente numerosa, era forçoso haver divisão entre indivíduos ricos, instruídos e com moral, por um lado, e miseráveis, ignorantes e imorais, por outro. Nesta concepção, a morte natural dos fracos seria um benefício para a raça humana.

Esta luta pela existência foi recebida por Darwin como um princípio ao qual se submetem todos os seres vivos. A sua adesão à tese de Malthus não obrigava à partilha do conjunto da fundamentação teológica deste nem da sua orientação de controlo demográfico. O que é essencial salientar é que o princípio de Malthus permite a Darwin separar o organismo do ambiente, contrariando assim a teoria da evolução de Lamarck e mostrando como este se equivocara sobre o modo como o ambiente produz influências hereditárias. De forma sintética, evoquemos que, a partir de uma base absolutamente materialista, Darwin defende, em 1859, em *A Origem das Espécies*, que todo o ser vivo é o resultado da operação do princípio de selecção natural sobre as variações que se produzem nos seres vivos. Darwin não dispunha de

no Reino Unido durante a Primeira Guerra Mundial, em 1915 ou 1916, tendo sido abandonado depois da guerra, até à data de 1939.

¹⁷ Para se fazer justiça à *Darwinian fitness*, que consiste na vantagem reprodutiva em relação aos concorrentes, talvez se devesse acrescentar «morrer antes de reproduzir».

uma teoria acerca de como acontecem essas variações, nem ainda hoje parece existir uma clareza total a este respeito. Estava apenas ciente de que alguns indivíduos apresentam traços (caracteres ou características) novos e que em certas ocasiões estes são transmitidos à descendência. Segundo Darwin, a selecção natural leva à formação de novas conjugações de características e à sobrevivência diferencial das mais apropriadas combinações num determinado ambiente – isto é, à sobrevivência e ao sucesso das estruturas e funções melhor adaptadas. Na sua teoria, o mundo externo tem as suas próprias leis e os organismos confrontam-se com elas, adaptando-se com êxito ou perecendo.

Facilmente se percebe que a concepção de Darwin abre caminho a uma interpretação da finalidade em termos físicos e numa perspectiva evolutiva. De facto, quase no final de *A Origem das Espécies* chega a exibir a sua convicção de que todos os dotes naturais do corpo e da mente, como consequência da selecção natural, hão-de atingir a perfeição. John Passmore (1970), na sua investigação dedicada às utopias da perfectibilidade do homem, apoia-se nessa passagem de Darwin para ilustrar a fonte de uma ideia de aperfeiçoamento concebida como produto do desenvolvimento natural e que está na base da crença que conjuga de modo esquemático o progresso tecnológico e o social e humano. Nesse excerto de *A Origem das Espécies*, Darwin escreve: «Tal como todas as formas de vida são descendentes lineares daqueles que viveram muito antes da época de Silúria, podemos estar certos de que a sucessão comum através das gerações nunca foi quebrada e de que nenhum cataclismo assolou todo o mundo. A partir desse momento podemos olhar com alguma confiança para um futuro de igualdade sem preço. E, como a selecção natural opera exclusivamente no e para o bem de cada ser, todos os dotes naturais corporais e mentais tenderão para o progresso em direcção à perfeição» (cit. in Passmore 1970, 239-240).

Passmore esclarece ainda, de modo acertado, que a concepção de Darwin não defende que o homem tem de ser perfeito como resultado da selecção natural. A perfeição dos dotes corporais e mentais pode ter como consequência a evolução do homem para novas espécies, do mesmo modo que «a capacidade de certos peixes para se moverem para terra só pode ser perfeita se deixarem de ser peixes» (1970, 240). E o co-descobridor do princípio da selecção natural, Alfred Wallace, prossegue Passmore, conseguia ainda ser muito mais optimista, chegando a

profetizar que a evolução poderia vir a ser um paraíso terreno para os homens: «A evolução, afirmou [Wallace], numa linguagem muito próxima da que Trotsky utilizou mais tarde, tem de culminar numa condição na qual o mundo será ‘habitado por uma só raça homogénea, em que nenhum indivíduo será inferior à mais nobre das espécies humanas da humanidade’» (1970, 240).¹⁸

Uma nova figuração do futuro é criada pelo darwinismo ao expandir de forma aguda o tempo humano e ao encaminhar a reflexão para o desenvolvimento das espécies. A ideia de que a desigualdade humana tem origens de natureza biológica é também, na altura, vulgarmente tida como inerente ao darwinismo. É em 1871, na sequência da publicação do segundo grande livro de Darwin, *The Descent of Man*, que a preocupação com a degenerescência se transforma claramente no princípio da sobrevivência dos mais aptos e no ideal de aperfeiçoamento da evolução biológica humana. Todavia, dois anos antes, já ideias de cariz eugenista tinham sido sugeridas no estudo de Galton *Hereditary Genius: an Inquiry into its Laws and Consequences* (1869), que desloca os procedimentos da biometria de Quételet para a pesquisa específica da hereditariedade humana. Com tenacidade, procurou a existência de uma relação entre a hereditariedade e as impressões digitais. A sua teoria transforma-se numa verdadeira doutrina e num activismo militante na fase final do século XIX, tendo-se recortado – como vimos anteriormente – com a criação de aparelhos de identificação e prolongado a sua influência em várias direcções no século seguinte. O seu projecto, juntamente com várias ficções utópicas surgidas neste período e que apelam à mobilização da ciência para promover sociedades ideais, tende a repetir a noção de que as dificuldades dos sectores da população apresentados como exemplo do perigo de degenerescência humana – em geral, as camadas empobrecidas – deviam ser explicadas por outro tipo de condicionantes e alteradas através de uma intervenção conduzida por reformas sociais. O eugenismo de Galton foi uma das mundividências mais expressivas construídas a partir de uma interpretação muito própria da perspectiva evolucionista darwinista.

¹⁸ E note-se que esta consideração de Passmore pode ser considerada bastante benévola, já que em Wallace agia o pressuposto, tal como em Darwin, do desaparecimento de todas as «raças», menos de uma. E isto poderia acontecer, na melhor das hipóteses, por extinção pacífica, apesar de não poder ser produto da selecção natural, porque esta já não funcionava nas sociedades avançadas.

Em *Hereditary Genius*, Galton é conduzido pela frequência com que a genialidade aparece relacionada com algumas linhagens, em detrimento de outras. A partir deste postulado tenta demonstrar tanto a existência de associação entre o exercício de profissões de elevado estatuto social e os laços familiares como a tendência para o desaparecimento das famílias de homens eminentes (em particular, os pares do Reino). A sua intuição indica-lhe que os talentos relativos ao carácter, assim como outros traços, são herdados e têm como base o processo de selecção natural. Fazendo uso de dados estatísticos, sugere que o *stock* de talento na sociedade tem possibilidades de ser substancialmente acrescentado se os membros das famílias favorecidas tiverem um aumento da sua descendência. E, perante o maior índice de natalidade das famílias desfavorecidas, o equilíbrio entre as diferentes linhagens poderia vir a ser promovido através de medidas que impedissem a procriação dos que tinham supostamente menos talento para legar aos seus herdeiros.

No desenvolvimento desta posição, Galton procede a uma avaliação comparativa das raças. Sem entusiasmo pela «raça negra», por comparação com a «raça anglo-saxónica», considera os escoceses das Terras Baixas como situando-se acima do inglês médio, embora o mesmo não ocorra com os escoceses das Terras Altas. Apreciador das obras-primas da Antiguidade clássica, coloca o grego antigo no cume das raças de maior genialidade. A dimensão de Sócrates ou do escultor Fídias não mais se teria replicado, de acordo com a sua visão. E, no entanto, também a civilização de elite que deu ao mundo tais gigantes se teria depurado com a combinação fatal ditada pelo afrouxamento dos costumes, pela infertilidade das mulheres, pela emigração e pela imigração, que teriam sido as causas da decadência da Grécia clássica.

O termo «eugenia» só surge de forma explícita na obra *Inquiries in the Human Faculty and its Development*, datada de 1883, ou seja, década e meia após Galton dar a conhecer as suas primeiras ideias. Proveniente do grego *eugeneia*, eugenia exprime «boa estirpe», «bom nascimento» ou «profundamente dotado de qualidades nobres». Movido pela interrogação acerca das distintas propensões mentais das «raças humanas», é tardiamente que essa palavra aparece na obra de Galton. A ciência da eugenia é então introduzida por Galton para defender que a interferência no processo de selecção natural, através do cruzamento selectivo de indivíduos, pode conduzir a um aperfeiçoamento dos seres humanos

como espécie. Mais do que um mero termo, eugenia tem o significado de um verdadeiro conceito que visa obter um eco público alargado.

Nas palavras de Galton, a eugenia define-se como a ciência que trata de todas as influências que melhoram as qualidades inatas (*inborn*) de uma raça e também daquelas que favorecem o seu máximo desenvolvimento, tornando cada indivíduo eficiente, quer por natureza, quer por educação. Considerando a eugenia um saber científico que procede à identificação de agentes sob controlo que podem melhorar ou prejudicar as qualidades raciais das futuras gerações, no plano físico e mental, Galton defende que esse conhecimento deveria ser adoptado como um desígnio pela Inglaterra e inculcado na consciência nacional como uma nova religião. Sob a influência da constelação complexa de factores já assinalada, as suas concepções podem ser inseridas nos estudos de «estatística social», a que já dedicámos atenção, dos quais emerge uma nova forma de organização da sociedade, para a qual concorrem múltiplas formas de mensuração humana e a ideia de que as patologias sociais são passíveis de previsão estatística. Galton antecipou as teorias mensuráveis da inteligência e considerou as aplicações da eugenia uma forma de selecção artificial, embora ignorasse que à eugenia podia ser objectada a dificuldade de definir de modo claro os traços ditos desejáveis ou indesejáveis. No entanto, estava convencido de que poderia ser possível promover um consenso nas áreas da compleição física e da saúde, das capacidades intelectuais e do carácter, para alcançar maior vigor e determinação na prossecução dos objectivos. Uma orientação eugénica bem dirigida teria a virtude, segundo a sua perspectiva, de tornar a vida doméstica, social e política mais elevada.

Seria, assim, possível tornar a raça como um todo – Galton, porém, pensa sobretudo nos ingleses, pois equipara a identidade nacional à identidade «racial» – menos idiota, menos frívola, menos excitável e politicamente mais previdente. A perda da força de vontade e do gosto para trabalhar, bem como a boémia e a lascívia, prenunciam uma degenerescência, que considera já bem patente nas grandes cidades. Denotando uma certa nostalgia bucólica pelo vigor rural, que as metrópoles estariam a esterilizar, tornando grande parte da população portadora dos germes do declínio, espera desenvolver no plano moral um «sentimento de casta» entre os naturalmente dotados, embora não afaste, de forma liminar, outros grupos sociais. Os dotados poderiam esperar algum tipo de influência ou favorecimento sociais moderados

e teriam tendência para se estabelecerem em associações cooperativas pelo país. Coerente com os seus esforços na criação de aparelhos de identificação e de arquivo, defende a criação de um registo nacional que englobe também as pessoas notáveis. No seu frenesi de formação de uma elite procriadora, propugna por propostas fiscais, bem como pela aplicação de impostos pesados aos celibatários ricos e de boa estirpe, o que, evidentemente, exigiria formas de assentamento. Galton não se mostra complacente com os criminosos reincidentes, os supostos débeis de espírito e destituídos de faculdades, postulando uma intervenção estatal que abrangesse um sistema nacional de certificados eugénicos e o incremento de reformas que não hesitassem segregar esses grupos através de medidas que iriam desde o impedimento do casamento à inviabilização da assistência caritativa ao domicílio. Na defesa do ideal pela «boa descendência», e escudado numa argumentação que invocava o conhecimento biológico, interveio poderosamente nos problemas sociais.

Na Inglaterra, porém, a amálgama entre política, identificação e biologia não se realizou nas suas formas mais radicais. Apesar de a génese do eugenismo se situar aí, o militantismo a que deu origem nunca conseguiu impor uma verdadeira legislação neste domínio e a esterilização compulsiva não foi extensa. A investigação posterior evidenciou que as teorias de Galton sobre a relação entre as impressões digitais e a hereditariedade estavam cientificamente erradas, sendo também hoje muitos dos seus pressupostos considerados bizarros e as suas convicções funestas. No entanto, quem se reconheça nas formas de controlo estatal que permanecem dominantes nas actuais sociedades deve também admitir o proeminente contributo de Galton, assim como o seu vaticínio de que no âmbito estritamente biológico residiria alguma forma de identificação dos indivíduos, renunciando assim as aplicações securitárias e criminalistas da nova genética e dos tipos de ADN – um dos ícones da transição para o século XXI.

Conclusão

Na segunda metade do século XIX, ao mesmo tempo que são criados e expandidos os direitos civis e políticos, a edificação e a organização do Estado liberal contam com a mobilização da ciência por

motu proprio para a criação de mecanismos de identificação, vigilância e controlo estatal. Neste processo, extremamente complexo, e no qual intervêm várias forças ideológicas e científicas, a estatística e diversas outras disciplinas, com destaque para as ligadas ao âmbito biológico, são incorporadas como recurso por parte do Estado. Múltiplos aspectos da acção política e da administração estatal assumem incontestavelmente características de índole biológica, tendência que se desdobra às companhias de seguros e a vários outros tipos de organizações.

A desorganização das relações humanas, motivada pela construção de uma sociedade comercial baseada na produção industrial e maquinica, obriga à adaptação, transformação e normalização dos seres humanos e dos grupos sociais à nova natureza do trabalho produtivo e aos novos contextos ecológicos, económicos e tecnológicos.

Vários meios científicos, como os que foram objecto de estudo, propõem-se prover o Estado quer de noções ideológicas, quer de maquinismos coercivos que visam a incorporação da população na ordem estatal e a inclusão da vida do indivíduo nos cálculos do poder. A intervenção dos meios científicos não se realiza apenas no âmbito dos processos de formação de consenso através de meios não coactivos, como os que lhes eram possíveis devido ao seu papel destacado na descoberta de uma vastidão de conhecimentos novos que passam a estar disponíveis para sociedades em reestruturação. Ancorados em modalidades nomológicas carregadas de determinismo, meios científicos proeminentes desenvolvem interpretações do comportamento humano e das tendências sociais que tornam a vida subjectiva e a liberdade humana algo secundário, acessório e mesmo aparente. Esta precoce manifestação de uma feição política autoritária da ciência alcança uma expressão paradoxal no processo histórico: as formas técnicas de identificação e registo que acompanharam a aquisição dos direitos civis, políticos e as formas de protecção social mostram-se também adequadas a facultar maiores possibilidades de controlo, vigilância e coacção.

Como é bem conhecido da forma de racionalização científica dominante em finais do século XIX, e que a discussão filosófica da ciência no século XX identifica com o determinismo mecanicista, Weber afirma na sua célebre conferência de 1917, *A Ciência como Profissão*, que o seu significado não reside em nos oferecer um conhecimento geral cada vez maior das condições de vida. Essa modalidade de racionalização,

que Weber acentuava ser uma tendência crescente, significava sobretudo que já não existiam, em princípio, forças misteriosas e imprevisíveis a intervir na nossa existência que não pudessem ser dominadas através do cálculo e da precisão (2002, 67). O desencantamento do mundo, como também é sabido, era a grande consequência dessa dinâmica. Com esta ideia, Weber estava a declarar que aquele tipo de racionalização científica procurava a descrição e explicação exacta das coisas, mas sob o preço de não poder oferecer resposta às questões dos fins e do sentido da vida, da acção dos homens e de cada um, problemas que não considerava menos relevantes por a ciência não os poder solucionar. «À questão de saber o que devemos fazer, se quisermos dominar a vida *tecnicamente*, todas as ciências naturais nos fornecem a resposta. Mas, se a devemos ou queremos dominar tecnicamente, e se, afinal, isso tem propriamente sentido, essas questões deixam-nas as ciências inteiramente em suspenso ou pressupõem-lhes resposta afirmativa em função dos seus próprios fins» (2002, 76). O grande sociólogo alemão, no início do século XX, assinalava, por outras palavras, a íntima articulação que se estava a verificar entre ciência e poder, um tópico hoje bem identificado pelo pensamento.

Quando Weber escreveu estas reflexões, eventos controversos, como os que aqui foram estudados, tinham já ocorrido e continuaram o seu curso. São factos que estão inseridos numa lógica imanente em que o progresso do controlo requer sempre mais progresso nesse controlo. «Há sempre ainda mais um progresso diante de quem esteja metido nele», lembra também Weber no mesmo texto (2002, 68). A aplicação das novas tecnologias da passagem para o século XXI – tecnologias da informação, nova genética, biotecnologias, ciências cognitivas, neurociências, etc. – para a criação de meios de hipercontrolo e hipervigilância mostra que estamos a perpetuar o mesmo quadro convencional. Os fins particulares de controlo não têm estado encadeados com a liberdade humana, mas quase só com o aumento do poder. Deste modo, resulta impossível sair do círculo vicioso em que estamos enredados.

A inquietação que leva a submeter ao poder de controlo cada vez mais aspectos do mundo, da vida individual e social, traduz-se numa negação e repressão de tudo o que escape a esse mesmo controlo e o ponha em causa, sendo a ciência e a tecnologia congregadas a esse empreendimento através de meios cada vez mais alargados e invasivos, mesmo quando os aspectos imprevistos que se pretendem combater

sejam fruto da própria actividade controladora. Um tal vórtice do controlo choca inclusivamente com o reconhecimento feito pela própria ciência da irreduzível contingência do mundo e que faz com que a eliminação alucinada de incertezas só possa tornar tal contingência ainda mais perfeita. Não vemos outra forma de escapar a esta cornucópia absurda que não seja subordinar a lógica estrita do poder de controlo à liberdade.

Bibliografia

- Becker, Peter. 2001. The standardized gaze: the standardization of the search warrant in nineteenth century Germany. In *Documenting Individual Identity. The Development of State Practices in the Modern World*, eds. Jane Caplan e John Torpey, 139-163. Princeton e Oxford: Princeton University Press.
- Cabral, João de Pina, e Susana de Matos Viegas. 2007. *Nomes: Género, Etnicidade e Família*. Coimbra: Almedina.
- Caplan, Jane e John Torpey. 2001. Introduction. In *Documenting Individual Identity. The Development of State Practices in the Modern World*, eds. Jane Caplan e John Torpey, 1-12. Princeton e Oxford: Princeton University Press.
- Clayes, Gregory. 2003. Utopia e eugenia. In *Cadernos de Literatura Comparada 6/7 – Utopias*, 45-73.
- Corbin, Alain. 1990. O segredo do indivíduo. In *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, dir. Philippe Ariés e Georges Duby, 419-501. Vol. 4, dir. Michelle Perrot. Porto: Edições Afrontamento.
- Darwin, Charles. 1988 [1859]. *The Origin of Species*. Londres: Pickering.
- Darwin, Charles. 1981 [1871]. *The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Galton, Francis. 1869. *Hereditary Genius: an Inquiry into its Laws and Consequences*. Londres: MacMillan.
- Galton, Francis. 1928 [1883]. *Inquiries into Human Faculty and its Development*. Londres: J. M. Dent.
- Hespanha, António M. 1984. Para uma Teoria da história institucional do Antigo Regime. In *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*, org. António M. Hespanha, 7-89. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Joseph, Anne M. 2001. Anthropometry, the police expert, and the deptford murders: the contested introduction of fingerprinting for the identification of criminals in late Victorian and Edwardian Britain. In *Documenting Individual Identity. The Development of State Practices in the Modern World*, eds. Jane Caplan e John Torpey, 164-183. Princeton e Oxford: Princeton University Press.
- Kaluszynski, Martine. 2001. Republican identity: bertillonage as government technique. In *Documenting Individual Identity. The Development of State Practices in the*

- Modern World*, eds. Jane Caplan e John Torpey, 123-138. Princeton e Oxford: Princeton University Press.
- Lewontin, Richard C. 1998 [1991]. *A Biologia como Ideologia. A Doutrina do ADN*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Martins, Hermínio. 1998. Risco, incerteza e escatologia. Reflexões sobre o *experimentum mundi* tecnológico em curso (II). *Episteme 2* (Junho/Julho): 41-75.
- Martins, Hermínio. 2003. Aceleração, progresso e *experimentum humanum*. In *Dilemas da Civilização Tecnológica*, coords. Hermínio Martins e José Luís Garcia, 19-77. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Mattelart, Armand. 1996 [1994]. *A Invenção da Comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Passmore, John. 1970. *The Perfectibility of Man*. Londres: Duckworth.
- Quételet, Adolphe. 1991 [1835]. *Sur l'Homme et le Développement de ses Facultés, ou Essai de Physique Social*. Paris: Fayard.
- Sankar, Pamela. 2001. DNA-typing: Galton's eugenic dream realized? In *Documenting Individual Identity. The Development of State Practices in the Modern World*, eds. Jane Caplan e John Torpey, 273-290. Princeton e Oxford: Princeton University Press.
- Weber, Max. 2002 [1917]. *A Ciência como Profissão*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.